

LD Florestal S.A.

**Demonstrações financeiras do exercício
findo em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

A LD Florestal S.A. é uma joint venture entre a austríaca Lenzing Aktiengesellschaft e a brasileira Dexco S.A, com participação de 50% de cada empresa respectivamente.

O Grupo Lenzing, com sede na Áustria, é um dos principais produtores de fibras de celulose. Mantém operações em 21 localidades e emprega mais de 8.300 pessoas no mundo todo. Possui 3 unidades de produção de celulose solúvel com capacidade de produção total é de 1.1 milhão de toneladas/ano. Com 9 fábricas para produção de fibras, com diversas aplicações, tem capacidade total de produção de 1 milhão de toneladas.

A Dexco S.A. é uma empresa brasileira de capital aberto, controlada pela Itaúsa - Investimentos Itaú S.A - e Companhia Ligna de Investimentos. Com as marcas Deca, Hydra, Duratex, Durafloor, Ceusa e Portinari, é considerada uma das 10 maiores empresas do mundo nos setores em que atua e a maior produtora de painéis e pisos de madeira industrializados, louças sanitárias e acessórios de metal do Hemisfério Sul, além de ser um dos maiores produtores de ladrilhos cerâmicos do Brasil.

A Companhia detém contratos de arrendamento de terras para plantação e manejo de florestas de eucaliptos, bem como florestas de eucaliptos em formação, que serão futuramente fornecidas para a LD Celulose como matéria-prima para a produção de celulose solúvel.

A LD Florestal fechou ano de 2022 com aproximadamente 18 mil hectares de arrendamento de terras, que são utilizados para o cultivo de eucalipto. Além das terras arrendadas para a plantação e manejo de florestas de eucalipto, a Companhia adquiriu florestas de eucaliptos em formação, que somam R\$ 9,9 milhões até 31 de dezembro de 2022.

Os serviços relacionados a operação florestal da LD Florestal são fornecidos pela LD Celulose, que totalizou um investimento aproximado em 2022 de R\$ 52 milhões para formação e manutenção das florestas.

A política de distribuição de dividendos estabelece que o lucro líquido anual da Companhia deve ser distribuído aos acionistas proporcionalmente à sua participação no capital social da empresa, como dividendo anual. A distribuição é determinada de acordo com a relação entre a dívida líquida anual e o EBITDA anual da Companhia. Se a relação for inferior a 1,00, todo o lucro líquido pode ser distribuído aos acionistas, enquanto que, se a relação for superior a 2,50, o lucro líquido pode ser transportado para o ano fiscal subsequente e alocado nas Reservas de Lucro da Companhia ou em Investimentos e Reserva de Capital de Giro, conforme decidido pelos acionistas. Caso a relação fique entre 1,00 e 2,50, a distribuição pode ser feita em parte aos acionistas, com o restante sendo transportado para o ano fiscal seguinte e alocado de acordo com a decisão dos Acionistas. Os acionistas terão direito a dividendo obrigatório equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido anual da Companhia para cada ano fiscal, com os seguintes ajustes: (i) adição de valores que resultem da reversão de reservas para perdas prevista; (ii) dedução de quantias alocados na Reserva Legal da Companhia; e (iii) dedução das quantias alocadas para reserva de perdas.

No último ano, a LD Florestal S.A teve um prejuízo de R\$ 46,082 milhões e acumulou um total de R\$ 50,7 milhões, impactando diretamente a capacidade de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Audidores Independentes

O Relatório da Administração inclui informações relacionadas a dados operacionais, os quais não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio recebido dos acionistas, a dedicação e o comprometimento de nossos colaboradores e a parceria com todos nossos fornecedores.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Av. dos Municípios, 146, SI-03

1º andar - Tabajaras

38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil

Caixa Postal 1024 - CEP 38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil

Telefone +55 (34) 3303-5400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
LD Florestal S.A.
Indianópolis – Minas Gerais**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da LD Florestal S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LD Florestal S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia é realizada com parte relacionada, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 14 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 31 de março de 2023
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008266/F-9



Fábio Roberto Elias Tymburibá
Contador CRC 1SP214859/O-2

LD Florestal S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	736	8.069	Fornecedores	13	3.544	2.327
Contas a Receber de Clientes	8	302	841	Passivo de Arrendamento	12	4.219	3.763
Tributos a Recuperar	9	7.502	3.901	Tributos a Recolher		983	350
Mútuo com partes relacionadas	11	7.039	-	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher		964	301
Outros Créditos		15	19	Outras Contas a Pagar		611	5.558
Total do ativo circulante		15.594	12.830	Total do passivo circulante		10.321	12.299
Realizável a longo prazo							
Contas a Receber de Clientes	8	259.638	234.610	Fornecedores	13	-	945
Mútuo com partes relacionadas	11	5.406	93.279	Passivo de Arrendamento	12	377.783	328.224
Tributos a Recuperar	9	5.916	-	Total do passivo não circulante		377.783	329.169
Total do realizável a longo prazo		270.960	327.889				
				Patrimônio líquido			
Ativos Biológicos	10	110.973	79.826	Capital Social	15	177.452	177.452
Imobilizado		2.016	2.016	Reservas de Capital		17.695	17.695
Direito de Uso	12	136.051	112.479	Reservas de Lucros		3.087	3.087
Total do ativo não circulante		249.040	522.210	Prejuízos Acumulados		(50.744)	(4.662)
				Total do patrimônio líquido		147.490	193.572
Total do ativo		535.594	535.040	Total do passivo e patrimônio líquido		535.594	535.040

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LD Florestal S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita líquida de vendas	16	1.126	-
Custo dos produtos vendidos	17	(1.614)	-
Prejuízo bruto		(488)	
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(1.717)	(1.268)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(49.706)	(8.226)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(51.911)	(9.494)
Despesas financeiras		(110)	(11)
Receitas financeiras		6.904	5.429
Resultado financeiro líquido	19	6.794	5.418
Resultado antes dos impostos		(45.118)	(4.076)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	20	(964)	(586)
Lucro líquido do exercício		(46.082)	(4.662)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LD Florestal S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	(46.082)	(4.662)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>(46.082)</u>	<u>(4.662)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LD Florestal S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	177.452	17.695	3.091	-	198.238
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(4.662)	(4.662)
Dividendos a pagar	-	-	(4)	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	177.452	17.695	3.087	(4.662)	193.572
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(46.082)	(46.082)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	177.452	17.695	3.087	(50.744)	147.490

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LD Florestal S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	2022	2021
Resultado do exercício		(46.082)	(4.662)
Ajustes para:			
Variação do Valor Justo do Ativo Biológico	10	48.630	3.604
Perdas em reservas florestais	10	257	3.969
Amortização do Direito de uso	12	728	304
Apropriação de Juros sobre Empréstimos Concedidos	11.b	(5.326)	(5.276)
		(1.793)	(2.061)
Variações em:			
Contas a receber de clientes		57	719
Impostos a recuperar		(9.517)	(570)
Outros créditos		4	7
Fornecedores		272	(9.964)
Impostos e contribuições a recolher		1.295	238
Outras contas a pagar		(4.947)	5.507
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(14.628)	(6.124)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	12	(14.099)	(6.573)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(28.727)	(12.697)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento de Principal de Mútuos com Partes Relacionadas	11.b	85.461	47.279
Recebimento de Juros de Mútuos com Partes Relacionadas	11.b	699	247
Adições de ativo biológico	10	(62.612)	(29.078)
Venda de ativo biológico		1.614	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		25.162	18.448
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamentos	12	(3.768)	(2.069)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		(3.768)	(2.069)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(7.333)	3.682
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.069	4.387
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		736	8.069
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(7.333)	3.682

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A LD Florestal S.A. (“Companhia”) tem sua sede, foro e domicílio no município de Indianópolis/MG, na estrada BR 365, KM 574, CEP 38.490-000. Foi constituída em 7 de fevereiro de 2018, com o objetivo principal de arrendamento de terras para cultivo de eucaliptos que serão posteriormente vendidos para a parte relacionada LD Celulose S.A. Além da receita da venda de eucaliptos, que ocorrerá quando estes atingirem a idade de maturação, há uma operação de subarrendamento de terras para a parte relacionada LD Celulose S.A.

Em 21 de junho de 2018 foi firmado contrato de arrendamento rural entre LD Florestal S.A. (subarrendadora), Duratex Florestal Ltda. (subarrendatária) e Ligna Florestal Ltda. (arrendadora), no qual a LD Florestal S.A. subarrendou as terras arrendadas da Ligna para a Duratex S.A, essa cessão foi feita com a anuência da Ligna Florestal Ltda. Na mesma data foi firmado contrato de usufruto oneroso entre LD Florestal S.A. e LD Celulose S.A transferindo o direito de uso da propriedade para a LD Celulose S.A, a partir de 1º de fevereiro de 2020. Dessa forma a Companhia reconheceu em seu balanço um passivo de arrendamento decorrente de sua obrigação contratual com a Ligna e em contra partida reconheceu um arrendamento a receber da LD Celulose S.A. decorrente de seu direito contratual.

Durante o ano de 2022, a LD Florestal S.A. firmou contratos de arrendamento de terras para o cultivo de eucalipto, totalizando uma área de 4.064 hectares, e registrou em seu balanço R\$ 15.096 referente a direito de uso e passivos de arrendamento. Além das terras arrendadas para a plantação, a Companhia adquiriu florestas de eucaliptos em formação durante o ano, as quais são manejadas através da prestação de serviços de silvicultura pela parte relacionada LD Celulose S.A, sendo este custo reconhecido diretamente no ativo biológico, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023.

O resumo das principais políticas contábeis da Companhia está apresentado na Nota Explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em Reais, arredondadas para o valor inteiro mais próximo, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

- **Nota Explicativa 12:** prazo do arrendamento – se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 8:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: Principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota Explicativa 10:** Determinação do valor justo dos ativos biológicos. Para a determinação do valor justo foi aplicada a técnica da abordagem de mercado (“*market approach*”), em que o valor presente líquido é utilizado para o cálculo do valor justo. Os fluxos de caixa futuros são determinados pelos fluxos de caixa anuais de custos florestais e custos de terra. Para florestas em idade de corte, o valor justo é calculado multiplicando o volume maduro estimado pelo preço de R\$ 75/m³ para o eucalipto.
- **Nota Explicativa 12:** Determinação do valor presente dos arrendamentos: para mensurar o passivo de arrendamento ao valor presente, a Companhia utiliza a taxa incremental de empréstimos como taxa de desconto.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido as imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Administração reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que é mensurado a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda;

6 Resumo das principais políticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, nessas demonstrações financeiras, está descrito abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma em nota explicativa.

a. Receita de contratos com clientes

A receita de venda dos ativos biológicos é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. As vendas são realizadas no momento em que os ativos biológicos atingem a maturidade para comercialização e a Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

b. Receita de subarrendamento de terras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 01, a receita de subarrendamento decorre de um contrato firmado entre a LD Florestal S.A e a parte relacionada LD Celulose S.A., em que a LD Florestal S.A. transfere o direito de uso da propriedade para a LD Celulose S.A..

Para fins de reconhecimento de receita do contrato de sub-arrendamento a Companhia é considerada Agente para esta prestação de serviço, ou seja, ela atua para providenciar o fornecimento do serviço de arrendamento para a parte relacionada e portanto, não reconhece o valor bruto da receita e custo contratual entre as partes, conforme requerido pelas práticas contábeis.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros; e
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao Custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia são compostos por reservas florestais e são mensurados pelo valor justo a partir do momento em que atingem a idade de maturação, deduzidos dos custos de

venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado. Os ativos biológicos com idade inferior à 1 (um) ano, são mantidos contabilmente pelo seu custo de formação.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de

pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

g.1 Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações e análises de cenários futuros. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia visam minimizar problemas decorrentes de inadimplência, observando análise de risco e fraude, com base em documentos, garantias legais e demais informações de cada cliente. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Um título de dívida com risco de crédito alto é considerado quando o cliente já possui histórico de atrasos considerável, ou que tenha problemas passíveis de inadimplência no decorrer da vida esperada do instrumento financeiro.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas (impairment)

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, são apresentadas na demonstração do resultado, na rubrica de outras receitas operacionais líquidas.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

g.2 *Ativos não financeiros*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

h. Arrendamento mercantil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

(ii) *Arrendamentos em que a Companhia é um arrendador*

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada

arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas.

i. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Algumas políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de

venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e Bancos	736	8.069
	<u>736</u>	<u>8.069</u>

8 Contas a receber de Clientes (arrendamentos)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Clientes no País		
Partes Relacionadas - LD Celulose S.A. (nota explicativa nº 14)	259.940	235.451
	<u>259.940</u>	<u>235.451</u>
Circulante	302	841
Não Circulante	259.638	234.610

Em 21 de junho de 2018 foi firmado contrato de arrendamento rural entre LD Florestal S.A. (subarrendadora), Duratex Florestal Ltda. (subarrendatária) e Ligna Florestal Ltda. (arrendadora), no qual a LD Florestal S.A. subarrendou as terras arrendadas da Ligna para a Duratex S.A, essa cessão foi feita com a anuência da Ligna Florestal Ltda. Na mesma data foi firmado contrato de usufruto oneroso entre LD Florestal S.A. e LD Celulose S.A transferindo o direito de uso da propriedade para a LD Celulose S.A, a partir de 1º de fevereiro de 2020.

O saldo do longo prazo tem seus vencimentos previstos até fevereiro de 2052 com recebimentos mensais.

a. Conciliação das movimentações patrimoniais com as demonstrações de fluxos de caixa

	Nota	
Saldo em 31 de dezembro de 2020		222.366
Reclassificação do direito de uso (i)	12.b	13.805
Apropriação de juros (i)	12.d	62.310
Outras movimentações	-	(720)
Recebimento de juros (i)	12.d	(62.310)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		235.451
Remensuração (i)	12.d	25.093
Reclassificação do direito de uso (i)	12.b	352
Outras movimentações	-	(57)
Apropriação de juros (i)	12.d	33.588
Recebimento de principal (i)	12.d	(899)
Recebimento de juros (i)	12.d	(33.588)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		259.940

(i) Movimentações sem efeito nas Demonstrações de Fluxos de Caixa, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.

9 Tributos a recuperar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
COFINS a compensar	8.478	212
PIS a compensar	814	86
IRPJ a recuperar de anos anteriores	-	1.557
IRRF a recuperar	1.974	1.035
IRPJ a recuperar	755	738
CSLL a recuperar	317	274
Outros	1.080	-
	<u>13.418</u>	<u>3.901</u>
Circulante	7.502	3.901
Não Circulante	5.916	-

Os tributos a recuperar tem origem nos pagamentos de arrendamentos de pessoa jurídica e serviços de silvicultura, que compõem o custo do ativo biológico, para PIS e COFINS, e de pagamentos a maior de tributos de anos anteriores, para IRPJ, IRRF e CSLL. A expectativa da Sociedade é de recuperar esses valores dentro dos próximos 12 meses com a utilização na compensação de impostos federais retidos na aquisição de serviços de silvicultura e no pagamento de impostos federais na venda de floresta em pé.

10 Ativo biológico

b. Movimentação do ativo biológico

Saldo em 31 de Dezembro de 2020	48.039
Adições (aquisição de reservas florestais)	2.293
Custo capitalizado	37.067
Ajuste a valor justo	(3.604)
Perdas em reservas florestais	(3.969)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	79.826
Adições (aquisição de reservas florestais)	4.673
Vendas	(1.614)
Custo capitalizado (i)	76.975
Ajuste a valor justo	(48.630)
Perdas em reservas florestais	(257)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	110.973

c. Conciliação das movimentações patrimoniais com as demonstrações de fluxos de caixa

	Fluxo de caixa		Alterações de não caixa		Totais
	Ajustes ao lucro	Atividades de investimento	Passivos de arrendamento – Nota nº 12.d	Direito de uso – Nota nº 12.a	
2021					
Adições -aquisições de reservas florestais	-	2.293	-	-	2.293
Custo capitalizado – (i)	-	26.785	9.559	723	37.067
Ajuste a valor justo	(3.604)	-	-	-	(3.604)
Perdas em reservas florestais	(3.969)	-	-	-	(3.969)

	Fluxo de caixa		Alterações de não caixa		Totais
	Ajustes ao lucro	Atividades de investimento	Passivos de arrendamento – Nota nº 12.d	Direito de uso – Nota nº 12.a	
2022					
Adições -aquisições de reservas florestais	-	4.673	-	-	4.673
Custo capitalizado – (i)	-	57.939	14.099	4.937	76.975
Vendas	-	(1.614)	-	-	(1.614)
Ajuste a valor justo	(48.630)	-	-	-	(48.630)
Perdas em reservas florestais	(257)	-	-	-	(257)

(i) O custo capitalizado ao ativo biológico refere-se à R\$ 4.937 (R\$ 723 em 2021) de amortização de direito de uso e R\$ 14.099 (R\$ 9.559 em 2021) de juros de arrendamento capitalizados, bem como, ao montante de R\$ 57.939 (R\$ 26.785 em 2021) de custos de serviços de silvicultura com a parte relacionada LD Celulose S.A., veja nota explicativa nº 14, que foram capitalizados e efetivamente pagos estão sendo apresentados nas Demonstrações de Fluxo de caixa

das atividades de investimento como aquisições de ativo biológico juntamente com as demais aquisições de ativo biológico.

Em 31 de dezembro de 2022 o plantio de árvores abrangia aproximadamente 10.984 hectares (7.793 em 2021) de plantações de Eucalipto e Pinus, que inclui desde plantações recentes quanto plantações com 13 anos. Os ativos biológicos serão considerados maduros quando atingirem a idade de 7 anos.

O valor justo dos ativos biológicos considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado da plantação. As projeções de fluxo de caixa incluem estimativas específicas para 7 anos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.

11 Mútuo com partes relacionadas

a. Composição do saldo

Modalidade	Nota	Taxa de Juros	Vencimento	2022	2021
LD Celulose S.A. mútuo (i)	14.a	100% CDI	dez/24	12.445	93.279
				12.445	93.279
Circulante				7.039	-
Não circulante				5.406	93.279

- (i) Em 12 de dezembro de 2018 foi celebrado contrato de mútuo entre LD Florestal S.A. e LD Celulose S.A. O empréstimo foi realizado em moeda nacional, os juros são apurados com base no percentual de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), sendo registrado pelo regime de competência. Em 2020, um novo empréstimo foi cedido à LD Celulose no valor de R\$ 163.000 mediante mesmas condições contratuais. Para o ano de 2022, parte do valor do contrato do mútuo foi reclassificado para o curto prazo, em conformidade com os vencimentos previstos no contrato.

b. Movimentação do mútuo com partes relacionadas

	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	135.529
Apropriação de Juros	5.276
Recebimento de Principal	(47.279)
Recebimento de Juros	(247)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	93.279
Apropriação de Juros	5.326
Recebimento de Principal	(85.461)
Recebimento de Juros	(699)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	12.445

12 Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras para cultivo de eucalipto e pinus no período de 15 a 30 anos.

a. Movimentação do ativo de direito de uso

Saldo em 31 de Dezembro de 2020	68.590
Novos Contratos de Arrendamento	44.700
Reclassificação para contas a receber	(13.805)
Amortização do Direito de Uso	(1.027)
Remensuração	14.021
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	112.479
Novos Contratos de Arrendamento	15.096
Remensuração	15.910
Amortização do Direito de Uso (i)	(5.665)
Cancelamento de contrato de arrendamento	(1.417)
Reclassificação para contas a receber	(352)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	136.051

(i) O montante de R\$ 4.937 da amortização do direito de uso foi capitalizado como custo de formação do ativo biológico. O montante de R\$ 728 foi realizado no resultado, pois trata-se de depreciação dos custos iniciais de ITBI, não capitalizados ao ativo biológico

b. Conciliação das movimentações patrimoniais com as demonstrações de fluxos de caixa

	Fluxo de caixa		Alterações de não caixa		Totais
	Ajustes ao lucro	Passivos de arrendamento – Nota nº 12.d	Ativo biológico – Nota nº 10.b	Contas a receber de arrendamentos	
2021					
Novos contratos	-	44.700	-	-	44.700
Remensuração	-	14.021	-	-	14.021
Amortização	(304)	-	(723)	-	(1.027)
Reclassificação para contas a receber	-	-	-	(13.805)	(13.805)

	Fluxo de caixa		Alterações de não caixa		Totais
	Ajustes ao lucro	Passivos de arrendamento – Nota nº 12.d	Ativo biológico – Nota nº 10.b	Contas a receber de arrendamentos	
2022					
Novos contratos	-	15.096	-	-	15.096
Remensuração	-	15.910	-	-	15.910
Amortização	(728)	-	(4.937)	-	(4.937)
Cancelamento de contrato	-	(1.417)	-	-	(1.417)
Reclassificação para contas a receber	-	-	-	(352)	(352)

c. Movimentação do passivo de arrendamento

Saldo em 31 de Dezembro de 2020	272.349
Novos Contratos	44.700
Remensuração	14.021
Apropriação de Juros (ii)	71.869
Pagamento de Principal (iii)	(2.069)
Pagamento de Juros (ii)	(68.883)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	331.987
Novos Contratos	15.096
Remensuração (i)	41.003
Apropriação de Juros (ii)	47.687
Pagamento de Principal (iii)	(4.667)
Pagamento de Juros (ii)	(47.687)
Cancelamento de contrato de arrendamento	(1.417)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	382.002
Circulante	4.219
Não Circulante	377.783

d. Conciliação das movimentações patrimoniais com as demonstrações de fluxos de caixa

	Fluxo de caixa		Alterações de não caixa			Totais
	Atividades operacionais	Atividades de investimento	Contas a receber de arrendamento – Nota nº 8.a	Direito de uso – Nota nº 12.a	Ativo biológico – Nota 10.b	
2021						
Novos contratos	-	-	-	44.700	-	44.700
Remensuração	-	-	-	14.021	-	14.021
Apropriação de juros	-	-	62.310	-	9.559	(71.869)
Pagamento de principal	-	(2.069)	-	-	-	(2.069)
Pagamento de juros	(6.573)	-	(62.310)	-	-	(68.883)

	Fluxo de caixa		Alterações de não caixa			Totais
	Atividades operacionais	Atividades de investimento	Contas a receber de arrendamento – Nota nº 8.a	Direito de uso – Nota nº 12.a	Ativo biológico – Nota 10.b	
2022						
Novos contratos	-	-	-	15.096	-	15.096
Remensuração	-	-	25.093	15.910	-	41.003
Apropriação de juros	-	-	33.588	-	14.099	47.687
Pagamento de principal	-	(3.768)	(899)	-	-	(4.667)
Pagamento de juros	(14.099)	-	(33.588)	-	-	(47.687)
Cancelamento de contrato	-	-	-	(1.417)	-	(1.417)

- (ii) As remensurações registradas no período, referem-se à alterações nos valores das parcelas conforme previsto nos contratos de arrendamentos. Do montante de remensurações ocorridas no ano, parte refere-se ao contrato de usufruto entre a LD Florestal S.A e a LD Celulose S.A no montante de R\$ 25.093 (R\$ 0 em 2021), reconhecido como Contas a Receber, sem contrapartida no direito de uso. O restante das remensurações no montante de R\$ 15.910 (R\$ 14.021 em 2021), referente à contratos de arrendamentos com terceiros e está refletido como uma remensuração do direito de uso.
- (ii) Do montante de juros apropriados, R\$ 33.588 (R\$ 62.310 em 2021) corresponde a juros apropriados vinculado ao contas a receber de arrendamentos e o restante no total de R\$ 14.099 (R\$ 9.559 em 2021) foi capitalizado como custo de formação do ativo biológico.
- Para fins de Demonstração dos fluxos de caixa R\$ 14.099 (R\$ 6.573 em 2021) refere-se a pagamentos de juros e o montante de R\$ 33.588 (R\$ 62.310) corresponde a juros pagos e recebidos referente ao sub-arrendamento de florestas cujo contrato está vinculado ao contas a receber de arrendamento junto à empresa LD Celulose S.A, visto que reflete a atividade do cliente e cujo giro e vencimentos são rápidos e de curto prazo.
- (iii) Do pagamento de principal, o montante de R\$ 899 (R\$ 0 em 2021) é decorrente do contrato de usufruto de florestas junto à Empresa LD Celulose S.A, sem efeito de pagamento na Demonstração dos fluxos de caixa, uma vez que tem efeito zero entre o recebimento do contrato de usufruto e o pagamento ao arrendador. Para fins de demonstrações de fluxo de caixa reconhecemos como pagamento de principal o montante de R\$ 3.768 (R\$ 2.069 em 2021).

13 Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores Mercado Interno	6	945
Fornecedores Partes Relacionadas	<u>3.538</u>	<u>2.327</u>
	<u>3.544</u>	<u>3.272</u>
Circulante	3.544	2.327
Não Circulante	-	945

14 Partes relacionadas

a. Coligadas

Transações e saldos

	Nota	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo circulante			
Contas a receber - LD Celulose S.A.	8	302	841
Mútuo a receber – LD Celulose S.A - (ii)	11	<u>7.039</u>	<u>-</u>
		<u>7.341</u>	<u>841</u>
Ativo Não Circulante			
Mútuo a receber – LD Celulose S.A - (ii)	11	5.406	93.279
Contas a receber – LD Celulose S.A - (i)	8	<u>259.638</u>	<u>234.610</u>
		<u>265.044</u>	<u>327.889</u>

Passivo circulante

Fornecedores – LD Celulose S.A		3.538	2.327
		3.538	2.327

Custos capitalizados

Serviços capitalizados ao ativo biológico – LD Celulose S.A	10	57.939	26.785
---	----	--------	--------

Resultado

Juros sobre empréstimos a receber -LD Celulose (ii)	19	5.276	2.690
		5.276	2.690

- (i) Em 21 de junho de 2018 foi firmado contrato de arrendamento rural entre LD Florestal S.A. (subarrendadora), Duratex Florestal Ltda. (subarrendatária) e Ligna Florestal Ltda. Neste contrato, a LD Florestal S.A. firmou o subarrendamento rural para a Duratex Florestal, com a concordância da Ligna.
- (ii) Em 12 de dezembro de 2018 foi celebrado contrato de mútuo entre LD Florestal S.A. e LD Celulose S.A. O empréstimo foi realizado em moeda nacional, os juros são apurados com base no percentual de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), sendo registrado pelo regime de competência. O IOF decorrente da operação deste empréstimo vem sendo calculado e recolhido conforme determina a legislação vigente. Em 28 de outubro de 2019 foi celebrado o 1º aditamento ao contrato de mútuo, aumentando o limite do valor de R\$ 58.468 para R\$177.452.

Os membros-chave da Administração são remunerados pelas partes relacionadas LD Celulose S.A. e suas remunerações não impactam o resultado da Companhia.

b. Outras partes relacionadas

	Nota	2022	2021
Ativo circulante			
Banco Itaú S.A (i)	7	734	8.067
		734	8.067

- (i) Refere-se ao saldo de caixa e equivalentes de caixa junto ao Banco Itaú, pertencente ao mesmo grupo econômico da acionista Dexco S.A.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social totalmente subscrito em moeda corrente nacional é de R\$ 177.452, dividido em 136.286.218 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Distribuição de lucros

Os acionistas terão direito a dividendo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido anual da Companhia para cada ano fiscal, com os seguintes ajustes: (i) adição de valores que resultem da reversão de reservas para perdas prevista; (ii) dedução de quantias alocadas na Reserva Legal da Companhia; e (iii) dedução das quantias alocadas para reserva de perdas.

A Companhia nos anos de 2022 e 2021 não distribuiu dividendos e juros sobre o capital próprio.

c. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido anual conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

d. Reserva de investimento e capital de giro

Conforme previsto pelo estatuto da Companhia, as reserva de investimentos e capital de giro estão limitadas a 20% do capital social da Companhia, em consonância com o permitido pelo artigo 194 da Lei das S.A.

16 Receita líquida de vendas

	2022	2021
Receita bruta de vendas		
Vendas de madeira em pé	1.241	-
	1.241	-
Deduções da receita bruta		
Impostos sobre vendas	(115)	-
	(115)	-
Receita líquida de vendas	1.126	-

17 Classificação dos custos e despesas por natureza

	2022	2021
Exaustão de reservas florestais	(1.614)	-
Total dos custos dos produtos vendidos	(1.614)	-
Serviços de consultoria e auditoria	(177)	(349)
Impostos e taxas	(149)	(528)
Taxas Cartorárias	(1.137)	(286)
Outros	(254)	(22)
Despesas administrativas e gerais	(1.717)	(1.268)

18 Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outras despesas operacionais		
Variação no Valor Justo de Ativo Biológico	(48.630)	(3.604)
Amortização do Direito de Uso (ITBI)	(735)	(652)
Perdas em Reservas Florestais	(256)	(3.970)
Outros	(85)	0
	<u>(49.706)</u>	<u>(8.226)</u>

19 Receitas e despesas financeiras líquidas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Juros ativos - mútuo	5.276	2.690
Juros ativos	1.116	2.731
Outras Receitas Financeiras	512	8
	<u>6.904</u>	<u>5.429</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e mútuos	(103)	(7)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(2)	-
Despesas bancárias	(5)	(4)
	<u>(110)</u>	<u>(11)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>6.794</u>	<u>5.418</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto de renda	(702)	(431)
Contribuição social	(262)	(155)
	<u>(964)</u>	<u>(586)</u>

b. Imposto de renda e contribuição social - Conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva

A conciliação entre o total das despesas de imposto de renda e contribuição social, apurado conforme alíquotas nominais, e o total registrado no resultado do exercício é resumida da seguinte forma:

	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(45.119)	(4.076)
Alíquota combinada de Imposto de renda e Contribuição Social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	15.340	1.386
Adições		
Variação valor justo ativo biológico	(16.534)	-
Outras despesas não dedutíveis	(53)	1.972
Exclusões		
Reversão de provisões	32	-
Outras exclusões	252	-
Total despesas com Imposto de renda e Contribuição Social	(964)	(586)
Alíquota efetiva	(2,1%)	(14,4%)

21 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento do capital

A prática da Diretoria é conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e do desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora a performance financeira de cada unidade de negócio através de um grupo de indicadores. A estratégia na gestão de capital tem visão de longo prazo e apresenta caráter conservador na tomada de decisão para assumir risco na gestão de capital. O crescimento das operações é suportado por ganhos de produtividade e de qualidade, e por inovação de produtos.

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela ‘dívida líquida ajustada’, dividido pelo ‘patrimônio líquido’. Para este propósito, ‘dívida líquida ajustada’ é definida como o total dos passivos (incluindo empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamentos mercantis financeiros), menos caixa e equivalentes de caixa.

b. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

LD Florestal S.A.
Demonstrações financeiras do
exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	2022				2021			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
	Ativos e Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Nível 1	Nível 2	Total	Ativos e Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	736	-	-	-	8.069	-	-	-
Contas a Receber de Partes Relacionadas	259.940	-	-	-	235.451	-	-	-
Mútuos com Partes Relacionadas	12.445	-	-	-	93.279	-	-	-
Outros Créditos	15	-	-	-	19	-	-	-
	273.136	-	-	-	336.818	-	-	-
Passivos Financeiros								
Fornecedores	3.544	-	-	-	2.327	-	-	-
Outras Contas a Pagar	611	-	-	-	5.558	-	-	-
Passivo de Arrendamento	382.002	-	-	-	331.987	-	-	-
	386.158	-	-	-	339.872	-	-	-

c. Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na Nota Explicativa 4.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não-observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Técnica de comparação de mercado / fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustado por um fator de liquidez.	Não aplicável	Não aplicável
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto (taxas de Mercado divulgadas por fontes externas - BM&F Bovespa e AE Broadcast) ajusta ao risco.	Não aplicável	Não aplicável

d. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta reflete em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Concentração de fornecedor.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia não considera ter risco de mercado, que é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, pois a Companhia não possui transações em moeda estrangeira, não possui empréstimos significativos e suas aplicações financeiras estão atreladas a variações de mercado imateriais.

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

e. Risco de mercado

Está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos podem sofrer alterações. Para minimizar os riscos, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço no mercado.

f. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Caixa e equivalente de caixa

Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia.

Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento por meio de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes.

g. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A gestão de fluxo de caixa da Companhia é acompanhada diariamente e tem um planejamento rigoroso mensal e anual.

A Companhia exerce uma gestão financeira bem conservadora na consideração de risco de liquidez, não assume dívidas para obter crescimento, e os investimentos são realizados com capital próprio e proveniente da geração de caixa da própria operação mercantil. Também, estrategicamente, mantém-se uma reserva financeira com o objetivo de dar segurança aos negócios e a nossos fornecedores e credores.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	2022				
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 6 meses	6-12 meses	Superior a 1 ano
Passivos					
Fornecedores	3.544	3.544	3.544	-	-
Outras contas a pagar	612	612	612	-	-
Passivos de Arrendamento (i)	<u>382.002</u>	<u>1.455.067</u>	<u>44.122</u>	<u>44.122</u>	<u>1.366.823</u>
Total	<u>386.158</u>	<u>1.459.223</u>	<u>48.278</u>	<u>44.122</u>	<u>1.366.823</u>

- (i) O fluxo de caixa contratual reflete os valores de contratos de arrendamentos com prazo médio de 30 anos.

h. Risco de preço de ativos biológicos

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 R\$ 110.973 (R\$ 79.826 em 31 de dezembro de 2021) em ativos biológicos, os quais foram avaliados pelos seus valores justos, sendo a variação entre o valor contratado e o valor justo registrada nas demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade - Ativos biológicos

O quadro a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos cenários apresentados.

Para o cenário provável foram utilizados os valores contábeis, para os demais cenários foram considerados os impactos no resultado decorrentes das variações dos preços de mercado apurados após a substituição das taxas de mercado utilizadas para apuração do valor justo registrado contabilmente por taxas estressadas de acordo com os cenários apresentados.

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a

variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. O preço médio em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 75,00 /m³, considerado pela companhia. Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 6.709.

Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 7,96% a.a. em 31 de dezembro de 2022. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$ 491mil.

De acordo com a hierarquia do CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

2022					
Cenários - Preço de Mercado					
	I Provável	II 1%	III 5%	IV -1%	V-5%
Ativos Biológicos	110.974	1.110	5.549	(1.110)	(5.549)
	110.974	1.110	5.549	(1.110)	(5.549)

2022					
Cenários - Taxa de Desconto					
	I Provável	II 1%	III 5%	IV -1%	V-5%
Ativos Biológicos	110.974	112	118	(110)	(104)
	110.974	112	118	(110)	(104)

i. Derivativos

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

Luiz Antônio Kunzel
Chief Executive Officer

João Batista Cardoso Sevilha
Chief Financial Officer

Angela Maria Menezes de Resende Oliveira
Accountant CRC MG-062398/O-4

